

# Sarney quer mudar BNDES, Caixa e BB

GAZETA MERCANTIL

por Mariângela Hamú  
de Brasília

O governo consolidou, ontem, cuidadosamente, uma lista de nomes que poderão ser removidos de cargos e funções de confiança na administração federal, por estarem ligados a lideranças comprometidas com a tese de redução do mandato presidencial para quatro anos, aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte, no último domingo, por 48 a 45 votos.

Estão na mira do presidente José Sarney, passíveis de execução, dois nomes ligados ao senador José Richa (PMDB-PR), autor do contundente discurso pelos quatro anos, no dia da votação, invertendo uma posição original de apoio a um mandato de seis anos com parlamentarismo, rejeitada por Sarney. São eles: o diretor de crédito

do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues, e o diretor de saneamento da Caixa Econômica Federal, Theobaldo Machado.

Ligados ao governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que Sarney entende ter lutado pela redução do seu mandato, estão na lista-negra o presidente do BNDES, Márcio Fortes, e da Portobrás, Carlos Theóphilo de Melo. O nome de Fortes poderá, eventualmente, sair da lista. Ao deixar, ontem, a reunião do Conselho Monetário Nacional, o presidente do BNDES declarou-se favorável ao mandato de cinco anos para Sarney.

Moreira Franco está com o prestígio inteiramente abalado no Palácio do Planalto. Na noite de domingo, conhecido o resultado da votação no Congresso, o governador do Rio recebeu

um telefonema do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que queria cumprimentá-lo, dando o tom do tratamento que Moreira Franco receberia a partir daquele dia: "Parabéns, Moreira. Você venceu", disse, irônico, Magalhães. Franco tentou ponderar, mas foi inútil. Ouviu, do mais aguerrido aliado do presidente um extenso sermão.

Na Bahia, governada por Waldir Pires — responsável pela definição da bancada pelos quatro anos de mandato — cargos e funções em órgãos da Previdência Social, indicados por ele, serão ocupados, nas próximas semanas, por aliados políticos dos governistas Prisco Viana, ministro do Desenvolvimento Urbano, deputado Carlos San'Ana, líder do governo na Constituinte, Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações, e José Lourenço, líder do PFL na Constituinte.

As substituições já começaram, mas serão feitas pelo governo aos poucos e, se possível, cuidadosamente. Sarney quer evitar a imagem de revanchista. Ontem, por exemplo, o cargo de diretor da Comissão de Financiamento da Produção, de onde foi demitido Cláudio Mammama, ligado ao senador José Richa, foi entregue ao governador do Paraná, Alvaro Dias, ex-aliado e hoje adversário político do senador Richa. Dias esteve longamente reunido com o presidente Sarney, no Palácio do Planalto.

Da Bahia, onde se concentram hoje os maiores aliados políticos do governo no Congresso — Prisco Magalhães, Sant'Ana e Lourenço — deverá sair, também, o nome do novo superintendente da Sudepe. O presidente gostaria de ver escolhido um técnico de competência comprovada, para evitar a impressão de que está agindo para castigar politicamente o governador Waldir Pires.

No primeiro escalão, o nome lembrado ainda é o do ministro da Previdência Social, Renato Archer. Mas Archer, que até há pouco tempo ocupava o Ministério da Ciência e Tecnologia, não sairá enquanto o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, estiver doente. Hoje, o presidente Sarney poderá ir a São Paulo para visitá-lo no Incor, onde está internado.

A dois interlocutores com quem conversou, ontem, o

presidente exibiu a mesma tranquilidade com que amanheceu na segunda-feira, com um ano de mandato a menos. De agora em diante, ele agirá de modo a não parecer mais o "vilão" que tenta impedir eleições diretas no País. Ele prefere ainda ver crescer o movimento pela realização das eleições gerais em março próximo, se as candidaturas à sua sucessão ganharem logo as praças públicas, pois acha que será difícil governar em clima de tanta "incerteza".

## Presidente da CFP foi o primeiro na retaliação

por Zanoni Antunes  
de Brasília

A confirmação da demissão do presidente da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Ignacio Mammama, provocou ontem reações indignadas entre os partidários de um mandato presidencial de quatro anos. A demissão na CFP, segundo esses políticos, faz parte de uma ação de retaliação por parte do governo contra os parlamentares que defenderam a redução do mandato do presidente Sarney. O pefelista Alcení Guerra (PR), em tom de desafio, afirmou: "Eu quero ver se o Sarney tem coragem para demitir o Leônidas (ministro do Exército), que foi indicado pelo Richa".

Além da demissão do presidente da CFP, outras ações de retaliação por parte do governo eram comentadas ontem no plenário da Assembléia Constituinte, como as informações não confirmadas de que alguns diretores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, ligados a políticos pemedebistas que defenderam os quatro anos, seriam demitidos nas próximas horas. No PFL, até ontem só havia a demissão do superintendente da Radiobrás no Rio, Raul Brumini, ligado à deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Os ministros Renato Archer (Previdência Social) e Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) só não foram fulminados pela ira palaciana, segundo admitiu um dirigente pemedebista, por causa da súbita internação do presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que convalesce de uma microcirurgia para desobstrução de uma artéria coronária. Se concretizadas as demissões de Luiz Henrique e Renato Archer, o alvo seria o deputado Ulysses Guimarães, que tem nos dois ministros seus fiéis escudeiros.

O senador José Richa — que se converteu recentemente à tese do encurtamento do mandato presidencial — nega que tenha indicado o hoje demitido presidente da CFP. Ele explicou que foi apenas intermediário de um pedido do presidente eleito Tancredo Neves para que ajudasse a elaborar uma lista. Na época, segundo Richa, foi elaborada uma lista de nomes junto às cooperativas do Paraná. "A escolha foi de Tancredo", enfatizou.

Embora afirmasse que o presidente José Sarney tem o direito de demitir quem quer que seja, o senador José Richa diz, contudo, que é contra o fisiologismo. "Não é por essa via que se vai conseguir a maioria e uma equipe eficiente", aconselhou.